

# Depois de muita confusão, a Constituinte está aprovada

Janio de Freitas

## Prioridade do Presidente

A apressada viagem do presidente Sarney a Recife, para encontrar-se ontem com os governadores do Nordeste, foi a primeira reação presidencial contra a direta em 86 e dá bem a medida da preocupação que o tema provoca no Planalto.

A irritação dos governadores nordestinos com o governo federal ficou patente nas palavras de Roberto Magalhães e Luís Gonzaga Mota. Esta metragem pública dos sentimentos nem de longe reflete, no entanto, a verdadeira carga de avaliação daqueles governadores — peças decisivas para a liquidação do regime passado e a vitória de Tancredo Neves.

O Nordeste ouviu que seria a prioridade número um do novo regime. E seus governantes, em particular, souberam que o novo Presidente pretendia governar, muito mais do que com os parlamentares, com o apoio mobilizado pelos governadores da Aliança Democrática. Era a hora do Nordeste. Enfim.

Também nordestino, o substituto de Tancredo ascendava, assim, outra razão de esperança para o Nordeste. Tanto mais que adotava por inteiro os planos conhecidos de Tancredo. Passados oito meses, porém, os governadores não precisavam mais comprovações de que a prioridade do Nordeste servira para engordar muitos discursos presidenciais, mas os cofres e barrigas nordestinos continuavam na mesma. E à vista dos resultados eleitorais em que quase todos colheram derrotas, resolveram reativar sua unidade, em reunião nesta semana, para defesa dos compromissos não cumpridos pelo Planalto e a correspondente definição política.

Tão logo informado da reunião, o presidente Sarney movimentou-se para impedir-la, recorrendo à proposta de um encontro seu com os governadores. Na malta de viagem, nova carga de promessas: cinco vezes mais ajuda ao Nordeste, em 86; estudo imediato, sob supervisão presidencial, das reivindicações mais prementes dos governadores — em

suma, aquelas coisas que compunham o compromisso reduzido a "slogan": prioridade ao Nordeste.

Governadores nordestinos, sabe-se, são tolerantes. Ou o Nordeste não seria o que é. Mas para quem mal acaba de perder uma eleição e já vê outra pela frente, a tolerância vige por prazos menores. De sorte que os efeitos da nova carga de promessas presidenciais, ou agora se mostram um pouco, perspectiva da qual não se recolhem indicações concretas no governo, ou será outra vez os governadores nordestinos o impulso decisivo para uma virada política.

Ao que se indica até agora, entre eles a posição contra a direta em 86 é minoritária.

### Lisura

Quando o ministro Aluizio Alves denunciou uma hipótese de fraude contra o PMDB, em Natal, o deputado Ulysses Guimarães assumiu pronta e energica defesa da lisura eleitoral. Dele não se ouviu, no entanto, uma só palavra contra as fraudes em Goiânia, Camacari e Curitiba, todas em benefício do PMDB. Se Ulysses não estivesse tão ocupado, como é presumível que esteja, daria para pensar que não é contrário à fraude em si, mas à fraude que não beneficia o PMDB.

Cá entre nós, se as fraudes não fossem contra o PT e o PDT, mas a favor deles, os meios de comunicação já nos teriam ensurdecido. Por objetividade e independência na informação.

### Como em tudo

O presidente do Banco Central que tenha paciência, mas não houve, como disse, "má interpretação" dos repórteres que noticiaram a decisão do governo de não pagar as dívidas do Comin, Auxiliar e Maisonave junto a bancos estrangeiros.

Fernão Bracher anunciou a medida, os bancos estrangeiros reagiram para salvar os seus 455 milhões de dólares mal aplicados, e o governo recuou. Para não fugir à sua regra.

Da Sucursal de Brasília



Depois de quatro dias de muita confusão, o Senado precisou de apenas 48 minutos para confirmar, exatamente às 15h35 de ontem, com os votos favoráveis dos 55 senadores presentes, a convocação do Congresso constituinte, que se instalará a 1º de janeiro de 1987 e não terá prazo para terminar o seu trabalho de elaboração da nova Constituição do País.

Desfeito o nó principal, ficaram, entretanto, as dúvidas de senadores, deputados e até juristas quanto à forma como será feita a legislação ordinária, durante o período de funcionamento da Constituinte, uma vez que a emenda convocatória aprovada eliminou a frase que explicitava que Constituinte, Câmara, Senado e Congresso funcionariam simultaneamente. (ver reportagem abaixo).

A confusão que se instalou no Congresso desde segunda-feira, quando os parlamentares retornaram a Brasília, depois das eleições, invadiu a madrugada: o debate e a votação da Constituinte chegaram a ser formalmente encerrados, com a sua aprovação, em segundo turno, pela Câmara e pelo Senado. Acontece que, no Senado, a proposta recebeu 46 votos a favor, o mínimo necessário para aprovação (dois terços do número total de 69 senadores, por se tratar de emenda constitucional). Mas os deputados José Geraldo (PT-SP) e Nadyr Rossetti (PDT-RS) descobriram que o voto, a favor da emenda, do senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) fora fraudado.

Comprovada a fraude, a votação foi anulada e foi convocada nova



Spaca

sessão para a tarde de sexta-feira (antes, a Câmara aprovara a convocação, em segundo turno, por 324 votos a favor, 59 contra e duas abstenções).

O risco de que não houvesse quórum para a instalação da sessão ou para a aprovação da emenda levou a várias negociações e a um apelo direto do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, para que o presidente José Sarney não levasse parlamentares algum em sua viagem ao Nordeste.

Leia no pg. 2 o editorial "Nação derrotada"

## Voto de ausente anula a votação

Do Sucursal de Brasília

## "Pianistas" foram flagrados em junho

Banco de Dados

Ontem, às 3h25 da madrugada, o presidente do Congresso já havia proclamado a aprovação da emenda do governo com 46 votos no Senado, o quórum mínimo de dois terços para aprovação da matéria, quando o líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti (RS), 48, se dirigiu a ele e acusou, ao seu ouvido, a contagem, a favor da proposta do governo, do voto do senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), ausente. Com a constatação da ausência de Derzi, José Fragelli considerou seu voto nulo e teve de reconvocar o Congresso para nova votação.

Vários parlamentares protestaram contra a decisão, por considerarem a matéria preclusa (vencida) em razão de já ter sido feito o anúncio oficial do resultado.

Encerrada a sessão, com falta de quórum para a votação da segunda matéria em pauta — a reforma tributária — e demonstrando cansaço, José Fragelli defendeu-se dos que o acusavam de ter agido mal, e contra o governo do qual seu partido faz parte.

O senador Saldanha Derzi, foi encontrado, às 3h10 da madrugada de ontem, no apartamento 510, do Rio Palace Hotel, no Rio de Janeiro.

Informou ter viajado às 18h30 da quinta-feira ao Rio, pois no dia seguinte (ontem), seguiria para Bruxelas, na Bélgica.

## Uma batalha que teve de tudo

Do Sucursal de Brasília

O Congresso Nacional teve, na quinta-feira, uma sessão tumultuada que culminou, na madrugada da sexta, com a anulação dos votos do Senado que aprovavam a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A batalha da obstrução, finalmente vencida pelo governo no dia seguinte, teve de tudo: peemedebistas fiéis à orientação oficial e parlamentares da PFL contrários. Os petistas denunciando fraude na eleição de Goiânia e malufistas acusando manobras do governo para baixar os preços das ações da Petrobras.

O Senado, considerado uma Casa menos imprevisível que a Câmara, quase pôde a perder o trabalho das lideranças da Aliança Democrática. Insatisfeitos com a exclusão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" no texto constitucional, que resguardaria o mandato de oito anos aos eleitos em 1982, fez com que os senadores se retirasse, às 18h, impedindo a votação.

Que pode mudar o quadro é a hipótese de um racha no PMDB, sempre presente e sempre dada como inevitável, até por peemedebistas como o paulista Flávio Bierrenbach, 46. Bierrenbach, aliás, é um dos críticos do bloco pretendido por Cardoso Alves: "O que ele quer, na verdade, é recriar o PP, o último partido clandestino do Brasil", referindo-se ao extinto Partido Popular, efemeramente criado de Tancredo Neves para aglutinar as correntes conservadoras e que acabou fundindo-se com o PMDB. (CR)

Ulysses aproveitou para reagir também à afirmação de Cardoso Alves, secretário-geral nacional do PMDB, de que o bloco desejado visa a eliminar a tutela que, supostamente, o presidente da Câmara exerce sobre Sarney: "O Sarney não é homem de aceitar tutela alguma. E admitir que eu pudesse exercer-la seria negar todo o entendimento que tenho da vida pública".

As afirmações de Ulysses esvaziaram um pouco o balão que Cardoso Alves está tentando inflar, mas não foram os únicos contratempos conhecidos ontem pela articulação em torno do "bloco sarneyista", como o secretário-geral do PMDB o define. Até no PFL — partido do qual se nutriu o eventual bloco, ao lado dos moderados do PMDB, dos janistas do PTB e de alguns pedestristas — a ideia não é vista com entusiasmo. "Não tem muita sustentação. Se os partidos já não estão lá essas coisas, imagine um bloco", diz o deputado Jayme Santa (PFL-MA), 42, um dos mais íntimos amigos do presidente Sarney.

O bloco pode murchar de vez na próxima semana: Acontece que já está convocada uma reunião entre as

## Sarney enviou proposta em junho

Do Redação do Folha

O presidente José Sarney assinou a proposta original de emenda constitucional para convocar a Assembleia Constituinte em 28 de junho último, no Palácio do Planalto. A proposta previa que a Câmara e o Senado funcionassem como Assembleia Constituinte a partir de 31 de janeiro de 1987, devendo promulgar a nova Constituição na primeira sessão legislativa da 48ª legislatura.

Em 8 de agosto foi instalada, no Congresso, uma comissão mista para apreciar a emenda Sarney, sendo eleitos presidente o senador Helvídio Nunes (PDS-PI) e relator o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

Em seu parecer, apresentado a 16 de outubro, Bierrenbach propôs substitutivo segundo o qual um plebiscito a 2 de março de 1986 decidiria se haveria a convocação de uma Constituinte independente para elaborar a nova Carta ou se o Congresso seria transformado em Constituinte. Ao parecer de Bierrenbach se opuseram

as lideranças do PMDB, PFL e PDS, tendo Bierrenbach sido afastado do cargo de relator, com aprovação do substitutivo do vice-líder do PMDB na Câmara, Valmor Gianarina (PR).

O substitutivo Gianarina alterava a emenda Sarney em apenas dois pontos: ampliava a anistia aprovada em 1979 e ampliava, para entre seis e nove meses, o prazo para desincriminização dos ocupantes de cargos executivos que quisessem se candidatar nas eleições de novembro de 86. Entretanto, o deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) apresentou subemenda que ampliava ainda mais a anistia, estendendo-a aos militares cassados desde 1984. A subemenda de Uequed se opuseram os ministros militares, o presidente Sarney e a liderança do PMDB, o que levou à rejeição na Câmara, em 24 de outubro, do destaque pedido para a proposta. Diante disso — e embora o substitutivo Gianarina estivesse aprovado em primeiro turno —, não houve o segundo turno da votação. Com isso, a votação final foi adiada para depois das eleições de 15 de novembro.

Comissão Legislativa

Pela avaliação de Ulysses, fica

claro que ele prefere a criação de

uma Comissão Legislativa e até já

reivindica para o presidente dessa

comissão as funções de vice-presiden-

te da República, hoje atribuídas

ao presidente da Câmara.

para seis meses na votação subsequente, no Senado. Mas aí o projeto

teria de retornar à Câmara e não se

sabe se haveria tempo para isso. O

projeto é do deputado Epitácio Cate-

ira (PMDB-MA).

No caso do PFL, o presidente

Sarney telefonou pessoalmente para

todos os senadores rebeldes e disse

que eles pertencem a um partido que

apóia o governo.

Nas negociações, os líderes pede-

sistas fixaram dois pontos: O PDS

não votará a favor do futuro "pacote"

fiscal e não dará mais urgência

para a votação de qualquer projeto, a

não ser que o governo concorde em

votar, também em regime de urgê-

cia, o projeto que cria o Estado do

Tocantins (já aprovado no Senado).

Ss - Constituinte

Sábado, 23 de novembro de 1985 — POLÍTICA 5

Para Sarney, promessa com País foi resgatada

Do enviado especial a Aracaju

O presidente José Sarney disse ontem que a aprovação da emenda convocando a Assembleia Nacional Constituinte é um avanço para o País. "Resgatamos para o povo brasileiro grande promessa que tínhamos, de convocar uma Constituinte livre e soberana para confirmar institucionalmente a 'Nova República'", declarou Sarney. Ele visitou Aracaju (SE) pela manhã, antes de viajar para Recife, onde inaugurou a fábrica de cimento Sergipe S/A (Cimesa), do grupo Votorantim e assinou o protocolo de construção do porto de Aracaju.

Sarney chegou à capital de Sergipe às 9h, acompanhado de seis ministros e do prefeito eleito de Aracaju, Jackson Barreto (PMDB). Os senadores Albano Franco e Lourival Batista, do PDS sergipano, que integraram a comitiva presidencial, ficaram em Brasília, a pedido de Sarney para a votação da emenda da Constituinte.

## O texto que convoca a ANC

Esta é a íntegra da emenda constitucional que convoca a Constituinte:

"Redação do vencido, para o segundo turno, da Proposta de emenda à Constituição nº 43,

"Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências.

"As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

"Art. 1º — Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicamericamente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

"Art. 2º — O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembleia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu presidente.

"Art. 3º — A Constituinte será promulgada depois da aprovação do seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.

"Art. 4º — É concedida anistia a todos os servidores públicos civis e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

"Art. 5º — Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do 'caput' deste artigo.

"Art. 6º — O presidente da República convoca a Assembleia Nacional Constituinte, a partir da instalação, em 1987, da legislatura específica.

"Art. 7º — Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos farão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário de anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

"Art. 8º — A administração pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observadas os respectivos regimes jurídicos.

"Art. 9º — A alínea 'c' do § 1º do art. 151 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação: